



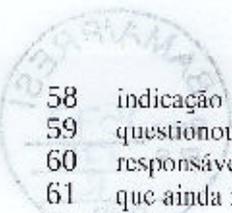
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
 COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF



## ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

8 Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às dez horas, no auditório do CENTRE - Sala 601  
 9 - Setor de Autarquias Sul - SAS Quadra 05 - Bloco H - Lote 05 - 6º Andar, foi realizada a 6ª Reunião Ordinária  
 10 do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presentes  
 11 anexa), a Diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama, Ana Alice Biedzicki de Marques  
 12 deu início aos trabalhos. Quanto a composição dos conselhos curador, consultivo e fiscal ao CIF, ressaltou-se que  
 13 já há definição dos indicados para os conselhos curador e consultivo, restando apenas a indicação pela União do  
 14 nome do representante para o conselho fiscal. Para o Painel de Especialistas, o Ibama indicou o nome do Dr. Luiz  
 15 Carlos de Miranda Joels, que já concordou com a indicação. A representante da ANA junto ao CIF, Gisela  
 16 Forattini, informou sobre a indicação pela Agência de um nome, contudo como ainda não houve manifestação do  
 17 indicado, requer até o dia seguinte para deliberação quanto ao nome a compor o Painel de Especialistas. A  
 18 presidente do CIF questiona se o ICMBio teria alguma indicação de nome, ficando para o dia seguinte a definição  
 19 do nome do representante no Painel. O secretário executivo do CIF esclareceu que o Conselho Fiscal é composto  
 20 por um representante da União, um representante do Estado de Minas Gerais e um representante do Estado do  
 21 Espírito Santo, ressaltando que o acordado seria a indicação do representante da União pela Casa Civil da  
 22 Presidência da República. Quanto ao Conselho Consultivo, o Governo do Espírito Santo já fez suas indicações, o  
 23 Comitê Interfederativo indicou o Dr. Igor Rodrigues de Assis, faltando a indicação de três representantes do  
 24 Governo de Minas Gerais, cinco representantes do CBH - Rio Doce, um representante do Ministério Público  
 25 Federal, um representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Ministério Público Estadual do  
 26 Espírito Santo. É informado que nem todas as Câmaras Técnicas estão constituídas por falta de indicações. O  
 27 secretário executivo do CIF informa que a Câmara Técnica de Rejeitos e Segurança Ambiental, CT de  
 28 Restauração Florestal e Produção de Água, CT de Conservação e Biodiversidade, CT de Segurança Hídrica e  
 29 Qualidade da Água, CT Organização Social e Auxílio Emergencial, CT Reconstrução e Recuperação de  
 30 Infraestrutura e CT Economia e Inovação estão com os membros indicados. A Câmara Técnica de Saúde,  
 31 Educação, Cultura, Lazer e Informação não teve nenhuma indicação de nenhum membro, sendo que na reunião  
 32 passada o Governo do Espírito Santo manifestou seu desconforto em coordenar esta CT visto o maior impacto do  
 33 desastre ter ocorrido no Estado de Minas Gerais. Contudo, apesar do pedido da Secretaria Executiva do CIF para  
 34 que os representantes dos Governos Estaduais chegassem a um acordo, não houve até o momento definição oficial  
 35 de representantes para a Câmara Técnica nem sobre a Coordenação da Câmara. A representante do Estado do  
 36 Espírito Santo informou sobre a interlocução com o Governo do Estado de Minas Gerais, na qual ficou acordada  
 37 que a coordenação da CT de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação ficará com o Estado de Minas Gerais,  
 38 informando que até o dia seguinte ou no final da tarde já haverá indicação dos nomes tanto de Minas Gerais  
 39 quanto do Espírito Santo. O secretário executivo do CIF ressaltou ainda a necessidade de indicação do  
 40 representante da Prefeitura de Mariana. Diante do questionamento da representante da ANA, foi informada a  
 41 importância de participação de representante do Ministério da Saúde para participar da Câmara Técnica. A  
 42 representante do Estado de Minas Gerais confirmou que a coordenação da CT de Saúde, Educação, Cultura,  
 43 Lazer e Informação ficará com o Governo do Estado. O representante da CBH-Rio Doce informou ter  
 44 encaminhado à Secretaria Executiva do CIF proposta socioeconômica na Foz do Rio Doce, e questiona em que  
 45 CT seria avaliada a proposição. O secretário executivo informa que foi recebido o Projeto de Produção de Mudas e  
 46 de Criação de peixe em tanque rede para lagoas (criação de tilápias) ressaltando que tais projetos devem ser  
 47 enviados às respectivas Câmaras Técnicas para discussão: Projeto de Produção de Mudas para a CT de  
 48 Restauração Florestal e Produção de Água e o Projeto de Criação de peixe em tanque rede para lagoas (criação de  
 49 tilápias) deverá passar por duas Câmaras Técnicas, CT de Economia e Inovação e CT de Conservação e  
 50 Biodiversidade. A Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social tem indicação de  
 51 representantes pela SEGOV, do Governo do Espírito Santo, mas não consta para a Secretaria Executiva do CIF a  
 52 indicação do Governo de Minas Gerais. O representante da SEGOV relatou a realização da primeira reunião da  
 53 CT de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, confirmando que até a presente data não houve  
 54 indicação do representante de Minas Gerais. Ficou acertado que haverá encaminhamento à Secretaria Executiva  
 55 do CIF dos nomes e instituições a comporem a Câmara Técnica, bem como da Nota Técnica da reunião. A Câmara  
 56 Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais para a qual ficou acordado que a Coordenação será  
 57 compartilhada entre a FUNAI e a Fundação Palmares. Por parte da FUNAI, SEGOV e Casa Civil já houve

*Assinatura*



58 indicação dos representantes, restando a manifestação da Fundação Palmares. O secretário executivo do CIP  
59 questionou aos representantes da CT Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais qual Órgão estaria  
60 responsável pela articulação com a Fundação Palmares. O representante do Governo do Espírito Santo informou  
61 que ainda não ocorreu a indicação formal do representante do Estado para a CT de Economia e Inovação apesar de  
62 já ter encaminhado e-mail. A representante da Casa Civil informou que já houve manifestação favorável da  
63 Fundação para compor a CT Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, e foi colocada a FUNAI para  
64 interlocução e elaboração de Ofício com as indicações. Ressalta ainda que já houve indicação da Casa Civil de  
65 representantes para esta CT. A Diretora do Ibama ressalta a urgência na indicação dos membros para as Câmaras  
66 Técnicas que ainda encontram-se pendentes, salientando que várias Câmaras Técnicas já iniciaram os trabalhos,  
67 tendo ocorrido várias reuniões e elaboração de Notas Técnicas. A representante da ANA propõe inversão de pauta  
68 para apresentação da Nota Técnica elaborada pela CT de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, a qual  
69 coordena. A representante dos municípios de Minas Gerais por não ter compreendido se constará como ponto de  
70 pauta a discussão sobre o Plano de Emergência/Contingência para os dias chuvosos informa que a Fundação e  
71 Samarco ao apresentar o documento em Governador Valadares e algumas outras cidades alegam que a  
72 implantação do Plano somente poderá ocorrer após aprovação pelo Comitê Interfederativo. Assim, não sabe se o  
73 Plano de Emergência/Contingência deverá ser analisado por alguma Câmara Técnica ou se constará como ponto  
74 específica de pauta do CIP. A representante da ANA ressalta que o Comitê em sua Deliberação n.º 16 determinou  
75 que a Samarco fizesse o Plano de Emergência considerando a estação chuvosa que se iniciará, manifestando o  
76 entendimento que a empresa já elaborou o plano o qual deverá ser enviado à CT de Segurança Hídrica e  
77 Qualidade da Água para análise. A Diretora da DBFLO/Ibama propõe que, apesar de não ter sido acordado, cada  
78 Câmara Técnica tem um tempo de uma hora para apresentação das Notas Técnicas. A representante da CT de  
79 Organização Social e Auxílio Emergencial informa uma inversão na apresentação das Notas Técnicas, que se  
80 iniciará com a apresentação sobre o Banco de Dados que foi encaminhado pela Samarco à CT no início de agosto  
81 de 2016, conforme previsto no Decreto, trazendo informações importantes sobre o número de pessoas envolvidas  
82 29.576 e 8.513 famílias. A Câmara Técnica considerou o banco de dados bem consistente, e pelos cruzamentos  
83 feitos verificou-se que esta alinhado com as cinco bases de dados do Governo a serem utilizadas, que são o  
84 Cadastro Único e Folha do Bolsa Família, Declaração de Aptidão do PRONAF, Pessoas e Famílias beneficiadas  
85 pelo Auxílio Financeiro Emergencial, Registro Geral de Atividades Pesqueiras e Sistema de Informações de  
86 Projetos da Reforma Agrária. A Câmara Técnica identificou que 31% das pessoas já estão no Cadastro Único  
87 tendo sido identificadas pelo Governo; e das famílias identificadas pela Samarco, 60% fazem parte do Cadastro  
88 Único. Identificou-se que 31% das famílias constantes no banco de dados da Samarco são beneficiadas pelo Bolsa  
89 Família do Governo Federal. Quanto ao perfil socioeconômico das famílias do cadastro, considerando aquelas que  
90 estão presentes no cadastro apresentado pela Samarco e aquelas constantes no Cadastro Único num total de 5.126  
91 famílias, 42% das famílias estão na extrema pobreza, 19% das famílias são classificadas como pobres, 26% das  
92 famílias recebem até meio salário mínimo e 11% das famílias recebem um salário mínimo e 2% das famílias  
93 recebem mais que R\$880,00. Conclui-se assim que 61% das famílias identificadas no Cadastro Único têm perfil  
94 de extrema pobreza. No cruzamento das informações verificou-se que 93% das famílias e 97% das pessoas fazem  
95 parte do cadastro de agricultura familiar. Em relação aos assentados, 1% das pessoas no cadastro da Samarco  
96 integram o Sipra (cadastro dos assentados) e 3% estão em adição ao Cadastro. Sobre os pescadores, cruzando as  
97 informações da Samarco com o registro geral de pescadores (RGP) verificou-se que 7% das pessoas e 21% das  
98 famílias estão no RGP. O representante questionou se este número se referia ao universo total ou apenas aos  
99 pescadores, a representante da Câmara Técnica informou que tratam-se de todas as pessoas identificadas pela  
100 Samarco cruzadas com o RGP, identificando 21% de famílias que trabalham com pesca. Ressalta que no registro  
101 da Samarco 5.066 famílias declaram como ofício a pesca mas no cruzamento com o RGP apenas 1.089 famílias  
102 são registradas no RGP. No cruzamento das informações constatou-se que 74% famílias são beneficiadas com o  
103 Auxílio Financeiro Emergencial e 26% não são beneficiadas. Segundo informado pela Samarco na 4ª Reunião da  
104 CT de Organização Social e Auxílio Emergencial, as famílias que ainda não receberam o Auxílio Financeiro  
105 Emergencial seria pelo fato de não se enquadrarem aos critérios de elegibilidade. Das famílias que estão na  
106 extrema pobreza 78% recebem o Auxílio Financeiro, e 22% que não recebem, já na faixa de pobreza há 80% que  
107 recebem, enquanto 20% não recebem o auxílio, o fato destas famílias ainda não receberem o Auxílio Financeiro  
108 Emergencial é a grande preocupação da Câmara Técnica. Como considerações e recomendações, os membros da  
109 CT entendem que as informações quanto ao CPF e registro do nome da mãe tiveram baixo registro, sendo estes  
110 campos essenciais para recebimento do Auxílio Financeiro, assim recomendam que a Samarco retorne a campo  
111 para preenchimento junto com as pessoas, dos dados faltantes. A representante da Casa Civil questiona se o  
112 Governo poderia fazer um trabalho junto aquelas pessoas que não possuem CPF, para que consigam obter o  
113 registro. A representante da CT de Organização Social e Auxílio Emergencial informa que já existe dentro do  
114 Governo Federal um setor responsável por este trabalho, contudo os membros da Câmara Técnica entendem que a  
115 Samarco deve realizar uma nova rodada de levantamento das informações para verificar se há necessidade de  
116 acionar este setor responsável. Quanto aos dados levantados pelo banco de dados da Samarco, a CT entende que  
117 de maneira geral os números correspondem à expectativa, ressaltando que a avaliação corresponde a um universo

118 total encontrado de 29.576 registros, sendo que como já informado pela empresa cerca de 5.400 novas solicitações  
119 foram feitas e estão em análise. Registra a importância de inclusão das famílias impactadas nos programas por  
120 meio de revisão das informações e da instalação de canais de comunicação, devendo a empresa apresentar as  
121 bases nominais para inclusão daquelas pessoas que forem retiradas por ausência de dados, devendo o auxílio  
122 financeiro ser garantido a todos que comprovem atividade que compõe a cadeia pesqueira. A empresa deverá  
123 ainda apresentar maiores informações sobre o não recebimento por 2.205 famílias, correspondente a 25% do total  
124 de famílias identificadas, do Auxílio Financeiro Emergencial, a partir desta informação os membros da Câmara  
125 Técnica poderão estabelecer alguma forma de apoio para inclusão no programa. Informa que foi recebido uma  
126 base nominal com o registro de 2.856 pessoas que, apesar de receberem o auxílio emergencial, possuem algum  
127 problema. O representante do CBH-Rio Doce levantou a contradição entre o fato de ter sido impeditivo para  
128 recebimento do auxílio emergencial a ausência de CPF mas ao mesmo tempo 2.856 pessoas com problemas no  
129 registro estarem recebendo o Auxílio Financeiro Emergencial. Os representantes da CT informam que este número  
130 refere-se a questionamentos da Samarco quanto a declaração do exercício do ofício de pescador para recebimento  
131 do auxílio, visto não terem sido identificados indícios de que estas pessoas exerçam esta atividade. A representante  
132 da ANA ressalta que a Câmara Técnica é consultiva enquanto o CIF é deliberativo, assim no aspecto formal  
133 informa que não há nas Notas Técnicas da CT de Organização Social e Auxílio Emergencial encaminhamentos a  
134 serem deliberados pelo Comitê Interfederativo; ressalta que as Notas Técnicas devem ser numeradas e não podem  
135 trazer o logo das instituições. A representante da Casa Civil informa que a Samarco continua em campo realizando  
136 o levantamento dos dados nas cidades atingidas, ao final a empresa deverá passar os dados por municípios para  
137 deliberação do CIF inclusive sobre o fluxo de informações a ser apresentado pela empresa. A representante do  
138 Ibama coloca que consta como ponto de pauta podendo ser incluído o fluxo do banco de dados entre a empresa e a  
139 Câmara Técnica. Foi proposta redação para Deliberação do CIF "Estabelecimento de fluxo de informação entre a  
140 empresa e a Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial acerca do Programa de Levantamento  
141 e de Cadastro dos Impactados de Negociação Coordenada", em atenção ao Termo de Transação e de Ajuste de  
142 Conduta - TTAC entre União, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo, Samarco, Vale e BHP. A  
143 proposta seria a apresentação mensal das informações consolidadas da base de dados à Câmara Técnica de  
144 Organização Social e Auxílio Emergencial por município visando a deliberação do Comitê Interfederativo. A  
145 representante da DBFLO/Ibama questiona o envio mensal do cadastro visto a previsão ser a apresentação  
146 trimestral dos dados, o que poderia ser questionado pela empresa. A representante da Casa Civil esclareceu que o  
147 prazo de envio das informações já havia sido acordado com a Samarco no âmbito da Câmara Técnica, constando o  
148 acordo na ata da 4ª reunião da CT. Em continuidade a apresentação do trabalho da CT de Organização Social e  
149 Auxílio Emergencial informou-se sobre os pontos de atenção identificados. Referem-se ao Auxílio Financeiro  
150 Emergencial quanto as pessoas consideradas inelegíveis, a situação dos pescadores, negociação coordenada por  
151 meio do diálogo com os estados e municípios, prazo para manifestação pela DPU sobre o impacto, participação  
152 social e comunicação, indenização e inclusão de novos nomes ao cadastro após a finalização do levantamento pela  
153 Samarco. O representante da CBH-Doce questionou sobre a articulação com a DPU visto a realização de  
154 audiência em Colatina/ES no mesmo dia da reunião do CIF, ressaltando que o município não foi envolvido, mas  
155 apenas comunicado sobre a realização. Reitera que houve uma agenda específica com a DPU ficando combinado  
156 que as ações seriam de maneira conjunta, assim, entende que a partir de agora a DPU seria considerada autônoma  
157 em suas atuações. Isto traz prejuízo ao trabalho do CIF visto ele, como Prefeito de Colatina apenas ser informado,  
158 não estando envolvido nas ações desenvolvidas pela DPU. A representante da Casa Civil informa os acordos com  
159 a DPU, ressaltando que as defensorias já tinham informado que iriam se ausentar mas se comprometeram a formar  
160 um GT para auxiliar na coordenação coordenada dos impactados pelo acidente de Mariana. Ressalta que foi  
161 informado por e-mail aos prefeitos dos municípios sobre as datas das audiências a serem realizadas pelo DPU. Foi  
162 efetuada a leitura de documento sobre a criação do GT Interdefensorial do Rio Doce a partir das comissões  
163 internas de cada defensoria. A representante da DBFLO/Ibama ressalta que o GT Interdefensorial não teria a  
164 atribuição de requerer informações à Fundação que deverão ser requeridas à Câmara Técnica de Organização  
165 Social e Auxílio Emergencial. O Prefeito de Rio Doce informa que tentará um acordo por meio da Associação de  
166 Municípios para designar um advogado que irá acompanhar junto a Defensoria Pública as audiências que vem  
167 sendo realizadas. A representante de Governador Valadares informa a existência de 24 mil ações com solicitação  
168 de indenização à Samarco, ressalta que a proposta da Fundação que está sendo acompanhada pela Procuradoria é  
169 de realizar as indenizações a todas as famílias do município. A representante da CT de Organização Social e  
170 Auxílio Emergencial informa sobre o recebimento de documento com pedido de dilação do prazo dos Programas  
171 de Cadastro e Negociação Coordenada, sob a alegação da demora da instituição da Câmara Técnica, da demora da  
172 deliberação do CIF, da demora da homologação pela CT do formulário integrado, da decisão da comissão de  
173 desembargadores apoiada pelo Ministério Público de Minas Gerais que impede o início dos programas até a  
174 contratação de consultoria técnica especializada para assessoria aos impactados, do aumento constante das  
175 solicitações de novos cadastros, da mobilização social e da necessidade de protocolo para segurança dos  
176 colaboradores. Assim, para a etapa de cadastramento dos dados econômicos da família a solicitação é de dilação  
177 do prazo até 21 de dezembro de 2016, já as indenizações de danos seriam prorrogadas até 31 de março de 2017.

Aurey

178 Na Nota Técnica, a CT demonstra que não houve as demoras alegadas pela empresa sendo rebatidos os pontos  
179 levantados. A representante da ANA coloca sua insegurança quanto a deliberação em relação ao requerimento da  
180 empresa visto a Nota Técnica da CT não apresentar subsídios suficientes para a decisão. A representante da Casa  
181 Civil informa que após o encaminhamento da Nota Técnica aos membros do CIF houve a resposta pela empresa e  
182 apesar de não ter ocorrido deliberação pela Câmara Técnica será apresentada uma proposta de datas para extensão  
183 dos prazos, restando dúvidas apenas sobre a possibilidade de se colocar alguma penalização à empresa se não  
184 forem cumpridos os prazos. A representante da ANA propõe que haja uma reunião extraordinária do CIF para  
185 deliberação sobre a dilação de prazo à Samarco, ressaltando que o prazo acordado no Comitê para envio de  
186 documentos a serem deliberados é de 10 (dez) dias. Ressalta ainda a importância das deliberações do CIF  
187 ocorrerem na reunião fechada sem a presença dos representantes da Samarco. A representante do Governo do  
188 Espírito Santo questiona os membros da Câmara Técnica sobre se a Samarco apresentou no requerimento as áreas  
189 com dificuldades para realização do cadastramento, requer ainda informações sobre a possibilidade de alteração  
190 dos prazos pactuados no Termo. A representante da ANA relembrou que já houve deliberação do CIF com prazos  
191 diferenciados daqueles acordados no TTAC. O representante do CBH-Doce coloca que com a proximidade da data  
192 de 01 (um) ano o Comitê Interfederativo sofrerá uma avalanche de críticas, ressaltando a importância de ser  
193 agendada reunião específica para discussão do requerimento da Samarco; adianta, contudo, que a princípio é  
194 contrário a qualquer postergação de prazo. A representante da Prefeitura de Governador Valadares ressalta as  
195 dificuldades de participação dos municípios nas reuniões, no que a Diretora da DBFLO/Ibama informa sobre a  
196 possibilidade de realização de vídeo-conferência. A seguir começa a apresentação da CT de Segurança Hídrica e  
197 Qualidade da Água com um informativo sobre os temas debatidos. Informa sobre os programas sob coordenação  
198 da CT, Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos, Programa de Melhoria do  
199 Sistema de Abastecimento de Água e o Programa de Investigação e Monitoramento da Bacia do Rio Doce, águas  
200 marinhas e estuarinos impactados. Informa que por conta dos aportes da Câmara Técnica foram deliberados pelo  
201 CIF: a Deliberação n.º 04 sobre sistemas alternativos de captação; Deliberação n.º 10 com cronograma para início  
202 deste sistema alternativo colocando em situação especial Governador Valadares, Linhares e Resplendor;  
203 Deliberação do CIF com recomendações complementares para melhoria do Sistema de Abastecimento de Água  
204 inclusive para um Plano de Ação Emergencial tendo em vista o início das chuvas e como ficarão as captações  
205 neste período; Deliberação n.º 17 que aprovou a Proposta Mínima para o Monitoramento da Qualidade de  
206 Sedimentos da Bacia que sendo discutida no âmbito de outras quatro Câmaras Técnicas. A coordenadora da CT de  
207 Segurança Hídrica e Qualidade da Água ressalta que se trata da discussão da aplicação dos recursos previstos para  
208 o ano de 2016 no montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressaltando a cláusula 169 do TTAC  
209 sobre os pleitos dos municípios para recebimento do recurso a serem submetidos à apreciação e deliberação do  
210 CIF. Salienta a importância de que para priorização dos municípios a serem contemplados sejam considerados os  
211 Planos Municipais de Saneamento Básico, contudo para o ano de 2016 este requisito não poderá ser considerado  
212 devido a grande quantidade de planos em elaboração pelos Municípios. A coordenadora da CT de Segurança  
213 Hídrica e Qualidade da Água coloca a importância de se estabelecer prazo para os municípios apresentarem seus  
214 planos, devendo ainda ser pensada a publicização das informações. Informa que foi estabelecido um teto por  
215 município visando a execução de uma ação mínima para cada município sendo que para estabelecimento do teto  
216 foi considerado o censo do IBGE de 2015. A representante do Governo de Minas Gerais reitera que os dados da  
217 companhia de tratamento de água e esgoto, no caso de Minas Gerais, não são os melhores visto que dos 35  
218 municípios apenas 06 concederam seus serviços à Copasa, situação mais complicada ainda em relação a resíduos  
219 sólidos. Ressalta a fragilidade dos dados dos municípios em relação a esgotamento sanitário. O representante da  
220 CT informa o desafio quanto ao levantamento dos dados relativos a água e esgoto, sendo necessária a discussão no  
221 âmbito do CIF e/ou da Câmara Técnica para se avançar na resolução dos casos antes da alocação de recursos. O  
222 Prefeito de Rio Doce ressalta a importância de se definir a melhor forma de distribuição dos recursos, de forma a  
223 atender igualmente os municípios afetados. A representante do Governo de Minas Gerais ressalta que  
224 dificilmente as Prefeituras Municipais conseguirão apresentar projetos para alocação de recursos que perfazem 50  
225 milhões de reais. Em continuidade, a coordenadora da CT informa que para o ano de 2016, a proposta seria:  
226 priorização daqueles municípios que já têm um sistema estruturado de coleta e tratamento de esgoto; municípios  
227 que já têm projetos em condições de licitar; municípios que pleiteiam recursos para elaboração dos projetos; e,  
228 municípios que não se enquadram em nenhuma das outras situações. A representante de Minas Gerais esclarece  
229 que no que se refere à publicização das informações poderá ser aberto um chamamento público instrumento para  
230 definição dos municípios a serem contemplados com os recursos, cabendo ao CIF definir os critérios a serem  
231 utilizados na elaboração do edital. A representante da Casa Civil ressalta a importância de serem definidos  
232 critérios para recebimento dos recursos para que os municípios possam planejar as ações a serem implementadas,  
233 e uma definido que o critério é a elaboração dos planos municipais caberá aos municípios definirem a ordem de  
234 prioridade a ser executada diante de sua necessidade e em conformidade com os planos municipais. O  
235 representante da CBH-Doce informa que, conforme o TTAC, cabe ao Comitê Interfederativo definir os  
236 municípios, cabendo à Fundação apenas o depósito do recurso. A presidente do Ibama propôs que em relação ao  
237 pedido da empresa para dilação do prazo para Levantamento do Cadastro dos impactados não seja accito, ficando

IBAMA  
Proc. 1577  
FLS. 176  
RUB.

238 os membros da CT de Organização Social e Auxílio Emergencial adequando a Nota Técnica visando a deliberação  
239 no dia seguinte pelo Comitê. A representante da Câmara Técnica esclarece que a Nota Técnica está finalizada  
240 sendo requerido a empresa que se manifestasse o que ocorreu mas fora do prazo estabelecido para  
241 encaminhamento ao CIF impedindo o posicionamento da Câmara Técnica. Ficou acordado que os membros da CT  
242 e Organização Social e Auxílio Emergencial finalizará a Nota Técnica visando a deliberação do Comitê  
243 Interfederativo. O secretário executivo do CIF retificou a informação apresentada na parte da manhã visto que o  
244 Governo do Espírito Santo indicou oficialmente os representantes do Estado para a CT de Economia e Inovação.  
245 O representante da CT de Economia e Inovação informa que na primeira reunião da Câmara Técnica houve  
246 deliberação do calendário para as reuniões, será requerido ainda que a empresa apresente as ações já  
247 desenvolvidas na área de economia que visam mitigar os impactos do acidente na região impactada. A presidente  
248 do Ibama coloca sua preocupação de que o fato de repassar à Fundação a apresentação das informações acabe  
249 retirando o papel da CT de propor as diretrizes para implementação dos Programas. O representante da CBII-Doce  
250 ressalta os impactos econômicos sobre a foz do rio Doce que sofreu um impacto trágico, devendo ser considerado  
251 nos critérios a serem considerados pela Câmara Técnica. O representante do CID propõe que haja inclusão da  
252 necessidade da CT de Economia e Inovação elaborar suas próprias proposta de programas. Dando prosseguimento  
253 aos trabalhos, a CT de Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental informou sobre a discussão técnica do S-4  
254 relatando os informes da empresa de dificuldades para acesso a propriedades para sondagens e início das obras do  
255 dique. Assim, a empresa fez uma requisição administrativa que declara a necessidade de um particular adentrar a  
256 propriedade particular em razão de relevante interesse público. O documento foi submetido ao Procurador Geral  
257 do Estado de Minas Gerais que entendeu a medida importante, plausível e legal, assim a SEMADE elaborou laudo  
258 técnico visando subsidiar tecnicamente o Governador de Minas Gerais quanto a emissão da requisição  
259 administrativa, em especial quanto a situação de risco, a situação de emergência, a eficiência da estrutura e o  
260 período para utilização. A Procuradoria do Estado sinalizou a importância de ser firmado outro termo de  
261 ajustamento de conduta inclusive com as controladoras para garantir o atendimento dos compromissos assumidos,  
262 em especial as indenizações aos proprietários. Ressaltou que o Governo do Estado apesar de não ter a  
263 responsabilidade vem tomando as medidas necessárias visto a urgência da situação com as proximidades do  
264 período chuvoso. O superintendente da SUPES/Ibama/MG relatou a visita do representante do CIF no Conselho  
265 Curador da Fundação Renova à área do acidente de Mariana. A representante do Governo de Minas Gerais  
266 informou que mais uma vez a empresa Samarco foi orientada quanto a dispensa de licenciamento prevista no caso  
267 de situações emergenciais, devendo ser executada de imediato pelo responsável pelo dano. Esclareceu ainda que  
268 somente no caso de intervenção em cursos d'água será necessária a obtenção da outorga de intervenção. A  
269 representante da ANA coloca que na Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, a qual  
270 coordena, foi prevista a obrigação da Fundação em prover água aos impactados, devendo a empresa apresentar  
271 Programa Emergencial. A secretaria executiva ficou de verificar se houve o protocolo do documento, caso  
272 contrário deverá ser requerido à Fundação. A representante do Governo de Minas Gerais informa que na ata da  
273 reunião que liberou as obras do S-4, entendeu como emergenciais as obras da Represa de Candonga e as  
274 intervenções nas fazendas. O Prefeito de Rio Doce informa da discordância em relação a algumas ações adotadas  
275 pela empresa em especial quanto a questão dos barramentos nas margens para disposição de rejeitos que vem  
276 ocorrendo em áreas de desague, questiona assim os riscos futuros desta atividade para um novo desastre.  
277 Questiona ainda se caberá ao município emitir Carta de Conformidade com a legislação à Fundação para  
278 realização da atividade. O Prefeito informa que existe uma legislação municipal (Lei 7666/2005) que trata de  
279 questões poluidoras no município, vedando o depósito de rejeitos. Da leitura da Lei, a Presidente do Ibama  
280 informou que não se trata de empreendimento cujo impacto não se restringe ao município de Rio Doce, e pela Lei  
281 Complementar n.º 140/2011 o licenciamento se dará em apenas um nível. A representante do Estado de Minas  
282 Gerais solicita que seja efetuada consulta à Procuradoria sobre as penalidades previstas à Samarco e à Fundação  
283 Renova. A Presidente do Ibama ressalta que já foram aplicadas sanções à empresa, ressaltando que cabe às  
284 Câmaras Técnicas verificar as situações de aplicação de penalidades ao empreendedor. O superintendente do  
285 Ibama em Minas Gerais ressaltou a importância da atividade não só para o município mas para toda a bacia  
286 hidrográfica do Rio Doce. O representante da CT de Restauração Florestal e Produção de Água lembrou a  
287 proposta de modelo para restauração da área de 40 mil hectares a serem reflorestados, sendo considerada a  
288 experiência do Projeto Água Boa. Será utilizada como exemplo a plataforma de banco de dados da Reflorestar. A  
289 CT requer a aprovação do modelo operativo para que possam ser implementadas as ações. Foi requerida ao  
290 Governo do Estado de Minas Gerais que apresentasse o CAR no estado bem como propusesse a forma que a  
291 Samarco poderia contribuir na implementação do Cadastro, ressaltando que a área afetada pelo acidente tem 2.185  
292 hectares e a área que possui CAR na área afetada tem 1.247 hectares. Informa que houve descumprimento do  
293 prazo para reflorestamento emergencial da área de 800 hectares, sendo requerido à Fundação Renova documentos  
294 com as razões para descumprimento a ser analisado pelo CIF. A Presidente do CIF questiona se não seria  
295 necessária a consulta à Fundação sobre os termos do modelo operativo para recuperação compensatória, ao que a  
296 representante da ANA sugere a realização de Workshop técnico com a Samarco. Quanto ao auxílio técnico da  
297 Samarco, a representante da ANA esclarece a observação do prazo para envio dos documentos técnicos que

Aney

298 subsidiarão as deliberações do CIF. A Presidente do Ibama questiona os demais membros sobre se estariam  
299 confortáveis para votar a deliberação visto não terem recebido a documentação com 10 (dez) dias de antecedência.  
300 Na continuidade da apresentação de Restauração Florestal e Produção de Água é colocado que um dos  
301 questionamentos seria o local para a restauração florestal, o plantio de 40.000 hectares a ser feito pela Fundação.  
302 Ao que foi feito um mapeamento das áreas para plantio a ser feito pela Fundação dentro do Programa, tendo sido  
303 feito um termo de referência de acordo com as premissas estabelecidas pela Câmara Técnica, sendo ressaltada a  
304 importância da participação dos envolvidos. Serão 5 produtos a serem apresentados. A Presidente do Ibama  
305 encaminhou no sentido de serem feitas pequenas alterações visando deliberação no 2º dia de reunião. A  
306 representante da DBFLO/Ibama expressou o entendimento de que o trabalho da auditoria vai além da parte  
307 financeira. O representante do Governo de Minas Gerais informou que na avaliação do Procedimento Operacional  
308 Padrão - POP conclui-se que não atende ao projeto aprovado, sendo retirado a parte de acompanhamento.  
309 Portanto, recomenda-se que o POP não seja aceito. Tal entendimento é ratificado pelo Governo do Espírito Santo.  
310 A Presidente do Ibama solicitou a inclusão na pauta de deliberação visando a definição de uma regra para  
311 apresentação de um sumário técnico/executivo junto aos documentos apresentados pela Fundação, visando  
312 facilitar o trabalho do corpo técnico do Ibama. Foi colocada a importância de inclusão do município de Ponte  
313 Nova no TTAC ao que a Presidente do Ibama respondeu que não cabe ao Comitê Interfederativo a alteração do  
314 Termo visto não serem os membros do CIF que firmaram o instrumento. Na manhã do dia dezanove, às dez  
315 horas, no auditório do CENTRE – Sala 601 foi dado prosseguimento ao segundo dia de reunião do Comitê  
316 Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. A Presidente do Ibama deu início aos trabalhos, sendo relatada a  
317 Operação Augias que se refere a vistoria realizada em conjunto com outras instituições. Foi ressaltada a  
318 importância de se pensar a recuperação da área afetada pelo lado biológico, inclusive pelo desafio que é a tarefa.  
319 Em campo foi possível verificar um descompasso entre a área de agronegócio e a área ambiental da Samarco, fato  
320 que vem levando ao descumprimento da legislação. Também foi constatado que a empresa está utilizando solo de  
321 área de empréstimo, contudo o Órgão Ambiental de Minas Gerais não estava informado, vem sendo utilizado solo  
322 com alto teor arenoso, e o fato de se estar criando outro impacto ambiental já que se está tirando solo de uma outra  
323 área que precisará ser recuperada. Ressaltou-se o fortalecimento da relação institucional do Ibama com as  
324 OEMAs. O representante do CBH-Doce comentou que a foz do Rio Doce está ausente do programa, passando a  
325 impressão que do médio Rio Doce para baixo nada está acontecendo. A representante do Governo do Espírito  
326 Santo questiona sobre a previsão de vistoria ao estado disponibilizando o Órgão Estadual para compor uma equipe  
327 de vistoria. O representante do Ibama informou que o Governo do Espírito Santo são sempre convidados a  
328 participarem das vistorias, e continuaram a ser convidados. O Presidente da Fundação Renova ressaltou a  
329 importância de integração das ações de produção com aquelas de conservação; ressaltou ainda que não existe uma  
330 solução única devendo ser consideradas as características das microregiões. A representante da Coordenação de  
331 Emergências Ambientais/Ibama fez um relato das obras emergenciais, sobre a dragagem no reservatório de  
332 Candonga e análise do Plano de Emergência apresentado pela Samarco. Relatou algumas preocupações da equipe  
333 da coordenação quanto a captação de água no barramento, materiais em áreas de APP, ressaltando a preocupação  
334 com as áreas de acesso que são muito precários em especial no complexo de Germano. Sobre o simulado de  
335 Candonga visa atender ao Plano de Emergência, se aplicando a zona de salvamento que corresponde a 13,5 km a  
336 jusante do barramento e engloba três comunidades, especificamente o simulado foi para a comunidade de Santana  
337 do Deserto. O Plano de Emergência visa a segurança da população não trazendo nada de aspectos ambientais. No  
338 entendimento da Coordenação, o simulado foi considerado adequado. Foi informado que o Ibama recebeu apenas  
339 o Plano de Emergência para o Complexo Germano, para as demais estruturas construídas ou projetadas não  
340 houve apresentação do documento. No Plano de Emergência do Complexo Germano a Samarco considerou uma  
341 zona de amortecimento de 9,5km já para as áreas externas foi apresentado basicamente um levantamento  
342 bibliográfico das dificuldades de articulação no Brasil para planos externos, sem se apresentada nenhuma proposta  
343 concreta para est articulação. Quanto ao Plano de Emergência para Candonga a empresa informa que não será  
344 apresentado visto pertencer à barragem. O representante da Samarco explica sobre a construção dos Planos de  
345 Emergência, o documento já foi apresentando à Candonga que fará os ajustes necessários e, posteriormente, será  
346 apresentado. Fica ressaltado ainda que o Plano de Emergência não se limita a zona de salvamento. Ao que a  
347 representante do Ibama informa que o Plano não se limita mas o detalhamento ocorre apenas para a zona de  
348 salvamento, além disto o Plano de Emergência não aborda a questão dos rejeitos. **Fica definido que o CIF**  
349 **oficializará Candonga para que sejam feitas complementações ao Plano de Emergência.** Sobre o fluxo de  
350 informações entre a Fundação Renova e a CT de Organização Social e Auxílio Emergencial acerca do  
351 levantamento e cadastramento dos impactados e de negociação coordenada, fica **aprovada a Deliberação 19** que  
352 determina que a Fundação Renova deverá encaminhar mensalmente à CT de Organização Social e Auxílio  
353 Emergencial as bases de dados referentes aos Programas de Levantamento e de Cadastro dos Impactados e de  
354 Negociação Coordenada por município para que sejam validadas pelo Comitê Interfederativo conforme pré-  
355 estabelecido no TTAC. A representante do Governo de Minas Gerais requer que conste em ata que todos os  
356 encaminhamentos não sejam comunicados somente à Fundação Renova e à empresa mas a todos os Órgãos  
357 Ambientais do Espírito Santo e de Minas Gerais e a todas as Prefeituras envolvidas. Assim, como todos os atos

358 dos Órgãos integrantes do CIF sejam comunicados aos membros do Comitê. A Presidente do Ibama informa  
359 dificuldades de se informar sobre os trabalhos de todas as Câmaras Técnicas, ressaltando a necessidade de se  
360 discutir uma forma de comunicação para as informações ficassem sempre disponibilizadas. Propõe assim que as  
361 CTs garantam que aqueles Órgãos potencialmente envolvidos em determinada ação sejam todos os comunicados,  
362 e seja organizado um espaço para publicização das ações que vêm ocorrendo. Fica definido assim que o CIF  
363 deverá comunicar os Órgãos Estaduais sobre as ações que estão sendo desenvolvidas. O representante da  
364 Fundação Renova informa que esta será a última reunião que contará com a participação da Samarco sendo que a  
365 partir da próxima reunião contará apenas com representantes da Fundação Renova. A representante da CT de  
366 Organização Social e Auxílio Emergencial coloca sobre a solicitação da Samarco para dilação de prazo para  
367 apresentação dos Programas, informando sobre o indeferimento pelo Comitê. O representante da CT de  
368 Organização Social e Auxílio Emergencial informa que o requerimento seria especificamente sobre a dilação de  
369 prazo para o cadastramento todavia para atender a todos os requisitos seria necessária a extensão para março de  
370 2017. O representante da CBH-Doce pergunta se a prorrogação do prazo traria impactos aos demais prazos,  
371 sobretudo sobre as indenizações cujo prazo seria junho/2017, ao que o representante informa que não traria  
372 impactos sobre os prazos posteriores. A Presidente do Ibama propõe que o requerimento seja indeferido pelo CIF e  
373 a empresa apresente maior detalhamento do pedido a ser deliberado na próxima reunião, inclusive com  
374 cronograma das atividades a serem realizadas. A representante da Casa Civil questiona a Samarco sobre os prazos  
375 para o Programa de Negociação Coordenada e sobre se o trabalho de cadastro está paralisado. O representante  
376 informa que o cadastramento está parado devido aos pedidos de assistência técnica sendo que as equipes estão  
377 mobilizadas para prosseguimento do cadastro. **A decisão do CIF é por não acatar o pedido de dilação de prazo  
378 protocolado pela Samarco devendo a decisão apesar de ser uma deliberação constar em ata. Decidiu-se  
379 ainda que a empresa deverá apresentar um cronograma detalhado das atividades de cadastramento.** Em  
380 seguida foi iniciada a apresentação de deliberação da CT de Economia e Inovação propondo que seja requerido à  
381 Fundação Renova informações a embasarem a Câmara Técnica em suas reuniões. Informa que a próxima reunião  
382 da CT está agendada para o dia 06 de outubro de 2016, ao que o representante da CBH-Rio Doce sugere que haja  
383 participação de representante da Fundação Renova. Fica **aprovada a Deliberação 20** devendo a Samarco e a  
384 Fundação Renova apresentarem no prazo de 10 (dez) dias ações já desenvolvidas na área de economia para  
385 mitigar os impactos do acidente na região impactada visando o estabelecimento pela CT das diretrizes a serem  
386 seguidas. A CT Segurança Hídrica e Qualidade da Água sugere o estabelecimento de que para a execução  
387 financeira no ano de 2016 no âmbito do Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos  
388 Sólidos com os pleitos de ações relacionadas ao tema deverão ser apresentados ao CIF pelos municípios  
389 interessados. Sugere ainda que seja estabelecido que para o recurso de 50 milhões previsto para o ano de 2016, o  
390 montante correspondente a 90%, ou seja 45 milhões, sejam alocados em ações de coleta e tratamento de esgoto e  
391 os 10% restantes, equivalente a 5 milhões, sejam aplicados em ações de gestão e destinação de resíduos sólidos.  
392 Para o ano de 2016, o recurso alocado por municípios deverá ter como teto o resultado da multiplicação da  
393 população estimada, segundo o IBGE em 2015, pelo valor per capita R\$348,99 dividido pelo número total de  
394 pessoas dos 39 municípios afetados estimados em 2015. Esclarece que os recursos não precisam ser gastos, mas  
395 devem ser disponibilizados em 2016. Quanto ao investimento previsto para coleta e tratamento de esgotos serão  
396 contemplados no período de 2016 apenas ações e municípios que possuam prestadores de serviços  
397 institucionalizado, companhia, autarquia ou departamento específico para prestação do serviço de esgotamento  
398 sanitário e cujas ações sejam focadas nas áreas urbanas e distritos que lançam efluentes diretamente no Rio Doce  
399 ou nos trechos impactados, devendo ser consideradas as seguintes categorias de priorização: 1ª) municípios que  
400 têm ações de coleta e tratamento de esgoto em andamento e que demandam recursos para complementar  
401 contrapartidas e/ou assessoria, suporte técnico para garantir a execução das ações; 2ª) municípios que têm projeto  
402 básico ou executivo em condições de licitar a obra, com processo já concluído de desapropriação das áreas  
403 afetadas pelas ações e licença de instalação já obtida; 3ª) municípios que pleiteiam recursos para elaboração de  
404 projetos básicos no nível de detalhamento que permita licitação das obras; 4ª) municípios com sistema de coleta e  
405 tratamento de esgoto implantados e em operação e que não se enquadram nas categorias anteriores. Como critérios  
406 de hierarquização dos municípios em qualquer das categorias de priorização será considerada a ordem dos  
407 municípios de montante a jusante tendo em vista que a remoção da carga poluidora nos corpos hídricos receptores  
408 e a consequente melhoria da qualidade de água resultante da implementação de ações nos municípios de montante  
409 também beneficia os municípios localizados a jusante. Para o investimento em ações de gestão e destinação de  
410 resíduos sólidos cujo recurso para 2016 está previsto em 5 milhões de reais a ser disponibilizado na seguinte  
411 ordem de priorização: 1ª) contratação pelos municípios de levantamento de dados para aperfeiçoar o diagnóstico  
412 de resíduos sólidos; 2ª) execução de etapas preparatórias para os investimentos que compreenda os estudos de  
413 viabilidade, os projetos de engenharia, os estudos ambientais para licenciamento a seleção das áreas para os  
414 aterros sanitários regionais. Recomenda-se assim que o CIF dê ciência quanto a deliberação aos municípios que  
415 deverão se manifestar até o dia 15 de outubro de 2016, e a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da  
416 Água analisará as propostas até 31 de outubro de 2016 devendo se ater ao atendimento aos critérios estabelecidos.  
417 Para alocação de recurso nos anos de 2017 e 2018, os critérios apresentados tanto para coleta e tratamento de

418 esgoto quanto para gestão e destinação de resíduos sólidos deverão ser revistos, devendo ser previsto que os  
419 municípios consigam recursos para elaboração de seus projetos básicos. O representante do Consórcio de  
420 municípios do Rio Doce questiona se o consórcio de municípios poderia acessar os recursos, ao que a  
421 representante da ANA, coordenadora da CT de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, informa que no TTAC  
422 não contempla acesso de recursos de forma concessionada. O CIF **aprova a deliberação 21** proposta pela CT de  
423 Segurança Hídrica e Qualidade da Água. Retomando os trabalhos no período da tarde a Presidente do Ibama  
424 informou que estavam em análise o Procedimento Operacional Padrão – POP. Em relação a auditoria independente  
425 foi realizada a leitura da previsão das obrigações previstas no TTAC. Verificou-se que o POP contrasta com as  
426 determinações do Termo ao colocar que não caberá a auditoria a análise da efetividade, abrangência, adequação do  
427 Plano de Intervenções. O CIF delibera pela não aprovação do Procedimento Operacional Padrão – POP  
428 apresentado pela auditoria independente contratada pela Fundação Renova por entender que este não atende aos  
429 requisitos impostos no TTAC, sendo requerido à Fundação e a auditoria independente apresentação de nova  
430 versão do POP de auditoria da execução dos programas elencados no TTAC em até 10(dez) dias antes da próxima  
431 reunião do Comitê Interfederativo. O representante da auditoria independente informou que qualquer trabalho de  
432 auditoria econômica-financeira esta sujeita as regras do Conselho Federal de Contabilidade e devem ser  
433 observadas ainda as determinações do CREA, ressaltando que seria um impeditivo ao trabalho da *Ernest Young*. A  
434 Presidente do Ibama resalta que se não é possível a EY realizar o trabalho como previsto no TTAC, a Fundação  
435 deverá promover uma outra contratação de auditoria para a parte de engenharia e outras áreas necessárias a  
436 execução dos Programas previstos no Termo. Salienta assim que a auditoria é muito mais do que o previsto no  
437 POP apresentado, não podendo ser apenas econômica-financeira. A representante do Governo de Minas Gerais  
438 solicita que conste em ata que para os Órgãos do Governo o POP apresentado não atende ao estabelecido no  
439 TTAC, devendo a Fundação Renova apresentar um novo arranjo de governança para os Programas a serem  
440 desenvolvidos. O representante da auditoria independente coloca a importância de se realizar reunião para  
441 discussão do POP. A Presidente do Ibama esclarece que cabe a Fundação realizar os programas previstos no TTAC  
442 conforme os critérios definidos pelas Câmaras Técnicas, após a auditoria independente deverá verificar se os  
443 programas foram executados segundo os critérios definidos. O representante do Governo de Minas Gerais coloca  
444 a importância de que sejam claras as orientações para que a Fundação e a auditoria realizem os programas. Fica  
445 **aprovada a deliberação 22** que decide pela não aceitação do POP devendo ser apresentada uma nova versão do  
446 documento até 10 (dez) dias antes da próxima reunião do CIF. Passa-se a deliberação da proposta da CT de  
447 Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura que solicita a entrega de informações detalhadas dos Programas  
448 desenvolvidos pela Fundação Renova com a apresentação de atividades, ações e medidas juntamente com  
449 orçamento e indicadores, metas e cronogramas de cada Programa. Ressalta que a Fundação Renova teria o prazo  
450 de 60 (sessenta) dias conforme o TTAC para entrega dos dados após sua instituição, considerando que no site da  
451 Fundação consta que esta foi instituída em 30 de junho de 2016, o prazo se expirou em 30 de agosto de 2016. O  
452 representante da Fundação Renova alega que o detalhamento dos programas já foi protocolado junto ao CIF no  
453 dia 29 de agosto de 2016, colocando-se a disposição para fazer a apresentação do documento. Ao ser questionada  
454 pela Fundação sobre o fluxo de informação, a Presidente do Ibama informa que os documentos devem ser  
455 protocolados em Brasília para a secretaria executiva do CIF com cópia às Câmaras Técnicas responsáveis pelos  
456 programas. Diante da argumentação da Fundação de já ter apresentado o detalhamento dos programas, o CIF  
457 resolve não colocar em deliberação a recomendação da CT de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura. Em  
458 continuidade a Câmara Técnica sugere como deliberação que a Fundação apresente o termo de aceite dos  
459 proprietários ou do poder público dependendo de cada caso até a próxima reunião da CT a se realizar no dia 28 de  
460 setembro de 2016, devendo ainda a Fundação encaminhar mensalmente à CT de Reconstrução e Recuperação de  
461 Infraestrutura e à secretaria executiva do CIF até a data da reunião mensal da Câmara Técnica termo de aceite dos  
462 proprietários e do poder público das obras realizadas no período. Assim, fica **aprovada a proposta como**  
463 **Deliberação 23.** A outra proposta de deliberação seria que a Fundação apresente até a próxima reunião da CT no  
464 dia 28 de setembro de 2016 para todas as intervenções já realizadas as peça técnicas, projetos e plantas, que  
465 fundamentaram as reformas e reconstruções para arquivamento e posterior utilização pela auditoria independente,  
466 devendo a Fundação encaminhar mensalmente à CT e a secretaria executiva do CIF até a data da reunião mensal  
467 da Câmara Técnica as peça técnicas, projetos e plantas, que fundamentaram as reformas e reconstruções para  
468 arquivamento e posterior utilização pela auditoria independente. O CIF manifesta pela **aprovação como**  
469 **Deliberação 24.** Em razão do volume de documentos que vêm sendo protocolados no Ibama a Diretora da  
470 DBFLO/Ibama propõe que uma padronização dos documentos encaminhados pela Fundação que deverão ter:  
471 sumário executivo, dados apresentados em planilha editável, métodos de análise com os respectivos resultados,  
472 planilha indicando as paginas dos documentos que atendam aos ofícios, arquivos de dados georeferenciados em  
473 formato *shape file* em projeção Sirgas 200 acompanhado de metadados e dicionário de dados, cópia das Anotações  
474 de responsabilidade técnica, documentos devem ser entregues completos com todos os anexos citados, devendo  
475 ser protocolado oficialmente e a data de entrega do documento será considerado como atendimento às demandas.  
476 A representante do Governo de Minas Gerais sugere que fique determinado que a Fundação protocole os  
477 documentos física e digital em CD junto à secretaria executiva do CIF e cópia digital à coordenação da respectiva

478 da Câmara Técnica, ressalta ainda a necessidade de nomeação dos arquivos anexos aos documentos protocolados.  
479 Fica **aprovada a Deliberação 25**. A representante do Governo do Espírito Santo solicita que conste em ata que  
480 enquanto não tiver deliberação quanto ao Plano de Emergência que a Fundação se comprometa em caso de evento  
481 crítico de chuva a implementar imediatamente as ações que foram propostas, mesmo sem a aprovação do CIF. O  
482 representante da Fundação ressalta que o plano será implementado. A representante da ANA se compromete a  
483 encaminhar a todos os membros da CT de Segurança Hídrica e Qualidade da Água e aos membros oficiais do CIF.  
484 **Ficou decidido que a CT de Segurança Hídrica e Qualidade da Água irá analisar com a maior urgência**  
485 **possível o Plano de Emergência visando subsidiar a deliberação do Comitê Interfederativo, sendo que no**  
486 **caso de eventos emergenciais a Fundação implementará as ações propostas mesmo sem o aval do CIF ao**  
487 **documento.** Foram apresentadas as proposições da CT de Restauração Florestal e Produção de Água, a primeira  
488 refere-se ao descumprimento do prazo para restauração da vegetação primária de uma área de 800 há, assim  
489 requerer-se que a Fundação apresente comprovação de recuperação da área e justificativas para o  
490 descumprimento. Fica **aprovada a Deliberação 26**. Quanto a recuperação compensatória propõe-se um fluxo  
491 básico operativo precisando ser detalhado pela Fundação em conjunto com a Câmara Técnica. O representante da  
492 Fundação coloca a importância de ser realizar reuniões técnicas para discutir os modelos a serem seguidos na  
493 restauração florestal. O CIF **aprova a Deliberação 27** quanto ao modelo básico operativo e o termo de referência  
494 devendo haver uma maior interação entre a CT de Restauração Florestal e Produção de Água e a Fundação  
495 Renova. Sendo acordada reunião para os dias 26, 27, 28 e 29 de setembro de 2016. Quanto ao apoio técnico que a  
496 Fundação deve prestar junto ao Órgão que cuida do Cadastro Ambiental Rural visando a implementação do CAR  
497 e do PRA, no entanto, o PRA ainda não está em condições de implementação visto não estar disponível módulo  
498 específico pelo Serviço Florestal Brasileiro. Assim, a proposta de deliberação seria para que a Fundação apresente  
499 cronograma até 31 de dezembro de 2016 de apoio a implantação dos CAR faltantes e ajustes dos cadastros já  
500 realizados. Fica **aprovada a Deliberação 28**. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente encerrou a reunião,  
501 convocando a próxima reunião do CIF para os dias 17 e 18 de outubro de 2016.

EM BRANCO

Aurey Araújo

19/09/16

